

AS DÍVIDAS EXTERNAS

Um terreno minado faz tremer Wall Street

Bruno Liberati

O fantasma da grande quebra financeira apareceu novamente uns dias atrás com a crise da Continental e depois com o pânico da "quinta-feira negra" de Wall Street, com a baixa dos títulos bancários!

Provavelmente, ainda uma vez, será estendido o véu tranquilizador das providências-tampão e das declarações oficiais para afastar os temores e não olhar a realidade de frente.

Por medo, por má consciência, por incompetência, não se enfrenta o problema dos "bad debts" sobre o qual está construído o edifício das finanças internacionais.

A economia internacional, na realidade, está apoiada num sistema financeiro bastante frágil e suspensa no vazio. O crédito internacional é utilizado, cada vez mais, para cobrir déficits estruturais que só poderiam ser remediados mediante providências extraordinárias ou por um preço demasiado caro.

Importantes bancos americanos (e também japoneses e europeus), até ontem, fizeram fila diante da porta dos Países da América Latina, para oferecer dinheiro novo, a taxas aparentemente muito lucrativas, que na prática serviriam somente para cobrir o pagamento dos juros.

Isto alimentando a ilusão que aqueles devedores ainda fossem solventes e que aqueles créditos lançados nos livros ainda tivessem algum significado.

Mas surge uma pergunta: como alguém pode ter a ilusão de que os devedores possam pagar quando os juros da dívida alcançam 60-80% do valor da exportação e, em perspectiva, tudo o que é exportado não basta para cobrir o pagamento dos juros?

Nos últimos tempos a solução aparente foi encontrada através do "rescheduling": trinta países em 1983 renegociaram os vencimentos da dívida à procura de um pouco de oxigênio.

Mas as condições impostas pelo Fundo Monetário de fato bloquearam a máquina do crescimento. Um recente artigo que apareceu no "Economist", falando da situação da América Latina, intitulava "importar ou morrer". A queda da importação significa na realidade a morte dos processos de investimento e de industrialização daqueles países e portanto também das esperanças de encontrar uma saída

espiral de endividamento crescente e da renda decrescente.

Os Países da América Latina, para pagar os juros, estão desinvestindo e transferindo recursos reais para os países industriais. Esta situação tornou-se não mais suportável em consequência do reforçamento do dólar e do incremento das taxas de juros americanas. Cada ponto a mais nas taxas, para os países em desenvolvimento, significa 4 bilhões a mais por ano a serviço da dívida, tanto para o Brasil como para o México.

A gravidade da situação deu lugar a um novo desenvolvimento político, e particularmente carregado de consequências, constituído pela decisão da Argentina, Brasil, México e Colômbia, de assumir pela primeira vez uma postura comum para enfrentar o problema da dívida externa. O nascimento da "Frente dos devedores" pode ser prelúdio para uma mudança nas relações com o sistema financeiro internacional: Estamos perto de um "showdown"?

É ilusório pensar que credores e devedores sejam duas entidades diversas sem ligação entre si. Quando as dívidas alcançam em dólares somas de dez ou onze zeros, o problema dos devedores é também problema dos credores, arrisca-se o jogo do massacre, em que o credor estrangula o devedor sem perceber que também ele está dentro do mesmo laço. Continua-se a não levar em conta esta grande verdade: se a dívida cresce, aumentam os juros; assim a dívida cresce ainda mais até chegar ao ponto em que não há possibilidade de reembolso.

Isto vale em absoluto para o déficit federal americano, como para o déficit do Estado italiano, como para o "buraco" da América Latina.

A ilusão de que uma inflação controlada e alquimias financeiras internacionais nesse meio tempo poderiam abrandar e resolver os problemas que estão em pauta há quase três lustros somente deslocou através do tempo a tomada de consciência dos fatores estruturais da crise.

É preciso enfrentar na raiz as causas que são as razões da falta de desenvolvimento estrutural e duradouro da economia internacional, daquela pobre e daquela rica. Para recolocar em ordem as finanças internacionais deve-se começar certamente pelo débito público americano: que drena recursos financeiros a nível internacional, impede ou diminui as possibilida-

des de desenvolvimento em outras áreas e determina turbulências nas taxas e nos câmbios.

Mas estou convencido que para afastar a ameaça de uma grande crise não é suficiente operar nas taxas de juros; é preciso intervir no "estoque" da dívida.

É necessário entender claramente que as grandes dívidas de alguns países latino-americanos nunca serão pagas, assim tanto vale tomar consciência disso. As dívidas dos pobres são pagas pelos ricos.

A intervenção no "estoque" da dívida deve acontecer não por meio da taxa iníqua de uma inflação selvagem que não resolve e até mesmo agrava o problema, mas através de uma "taxa" extra que todos os países ricos devem estar dispostos a pagar em medida proporcional aos

riscos que tais países assumiram financiando o crescimento do endividamento dos países pobres.

Quem errou mais, deve pagar mais. Pois nem todos os sistemas bancários expuseram-se da mesma maneira. É preciso fazer jus à "Banca d'Italia" e ao sistema bancário italiano por ter sempre demonstrado grande senso de responsabilidade, em comparação com os outros países, limitando a exposição do nosso sistema para com os devedores de solvabilidade dúbia.

A tarefa de distribuir este levantamento extraordinário deve ser atribuída a um órgão internacional, como o FMI, mas sem impor os vínculos e as condições restritivas que de fato paralisam qualquer processo de cura e de retomada.

A eliminação definitiva da "mina vagante" das "más dívidas" entre os países e dentro dos países poderá permitir a redução da grande turbulência e instabilidade das taxas e dos câmbios que deprimem o crescimento do comércio internacional e impedem o encaminhamento para um verdadeiro desenvolvimento. Isto, no entanto, só será possível se forem adotados, a nível político econômico-financeiro dos países ricos e daqueles pobres, comportamentos diferentes dos passados e que levem responsabilmente em conta as interde dependências que ligam sempre mais estreitamente os destinos de um país ao de todos os outros.

CARLO DE BENNEDETTI
Presidente da Olivetti Internacional

